

**A PICHANÇA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO:
UMA PROPOSTA DE LEITURA**

Cristina Lúcia de Oliveira (UFRRJ)

cristinalucia86@hotmail.com

RESUMO

Fundamentado no aporte teórico da Análise do Discurso de linha francesa, neste artigo são desenvolvidas reflexões acerca das pichações vivenciadas no espaço urbano de Volta Redonda-RJ, considerando a construção de sentidos a partir da posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e vinculação ideológica. Para tanto, conta-se com as contribuições de Pêcheux (1995), Orlandi (2001; 2009; 2012; 2015; 2017), Brandão (2004), Indursky (2007; 2010; 2017) e Lagazzi-Rodrigues (2017). E ainda nos estudos acerca dos gêneros do discurso de Bakhtin (2016) e estudos sobre as relações de poder em Foucault (1985; 1996). Busca-se compreender, além da materialidade linguística e do pré-concebido como vandalismo, os modos de produção de sentido e ampliar as habilidades discursivas em leituras do espaço urbano.

Palavras-chave:

Pichação. Análise do Discurso. Efeitos de sentido.

ABSTRACT

Based on the theoretical contribution of the Discourse Analysis of the French line, in this article develops reflections about the graffiti experienced in the urban space of Volta Redonda-RJ, considering the construction of meanings based on the subject's position in its socio-historical context and ideological connection. For that, we count on the contributions of Pêcheux (1995), Orlandi (2001; 2009; 2012; 2015; 2017), Brandão (2004), Indursky (2007; 2010; 2017) and Lagazzi-Rodrigues (2017). And yet in studies about the genres of Bakhtin's discourse (2016) and studies about power relations in Foucault (1985; 1996). It seeks to understand, in addition to linguistic materiality and the pre-conceived as vandalism, the ways of producing meaning and expanding the discursive skills in readings of the urban space.

Keywords:

Graffiti. Discourse Analysis. Sense effects.

1. Introdução

As reflexões acerca da construção de sentidos a partir da posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e vinculação ideológica inerente às manifestações discursivas permitem o desenvolvimento de um olhar atento à análise de pichações no que se refere às tensões relativas a possíveis relações de poder observadas na materialização de discursos de resistência pela língua. Fundamentado no aporte teórico da Análise do

Discurso de linha francesa (doravante AD), no que afirma sobre a heterogeneidade discursiva e concepção do discurso como prática social, a proposta deste artigo é refletir sobre os sentidos desses enunciados do espaço urbano, especificamente da cidade de Volta Redonda-RJ, considerando, além da materialidade verbal, os aspectos históricos e sociais, condições de produção e forma de recepção dos textos.

Apoiado nos pressupostos da AD, com a colaboração dos estudos defendidos nacionalmente por Eni Orlandi e Freda Indursky, além de seu maior expoente e originário Michel Pêcheux, consideramos de crucial importância os fundamentos defendidos em relação à tomada da leitura e escrita de maneira efetivamente crítica e reflexiva, uma vez que o texto não compreende uma única possibilidade de sentido ou interpretação.

A noção de texto, enquanto unidade da análise de discurso, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível segmental. O texto não é soma de frases e não é fechado em si mesmo. (ORLANDI, 2012, p. 28)

Assim, numa leitura tomada discursivamente, a construção de sentidos compreende um contexto e uma ideologia.

Além da perspectiva adotada pela AD, Mikhail Bakhtin, em *Os gêneros do discurso* (2016), ressalta que os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem (p. 11) e, assim como os campos da atividade humana são multiformes, o uso da linguagem efetua-se em diversas formas de enunciados que refletem condições e finalidades específicas de cada campo, sendo assim particulares, mas elaborados por cada campo de utilização da língua em tipos relativamente estáveis, denominados gêneros do discurso.

Assim, os gêneros discursivos permeiam as práticas sociais, e um sujeito capacitado para interpretar as mais diversas possibilidades de leitura precisa acionar saberes sócio-históricos e ideológicos a fim de produzir significados. E na AD, a leitura, então concebida como processo ideológico, deveria ser desenvolvida nas práticas cotidianas da educação básica, que ainda a prioriza como sendo homogênea e, muitas vezes, desconsidera o conhecimento prévio do aluno. Acerca disso, ainda afirma Orlandi (2012) que, devido à necessária relação da língua com a exterioridade, a ideia de todo não implica a de completude, já que a linguagem não é uma só coisa e nem é completa, sendo qualquer discurso caracterizado pela multiplicidade de sentidos possíveis.

Nessa perspectiva, a produção de sentidos acontece num processo que conjuga o texto a seus contextos de produção e de recepção, colaborando para o desenvolvimento de uma postura ativa por parte do leitor, que aciona seu conhecimento de mundo para associar saberes prévios à interpretação. Assim, falar de leitura, como ressalta Orlandi (2012) pode significar “concepção” e é nesse sentido que é usada quando se diz “leitura de mundo”, o que reflete a relação com a noção de ideologia.

Apesar disso, nos textos observados nos muros, interagem diferentes sujeitos sociais, sendo assim, considerados manifestações de um processo discursivo (Orlandi, 2012). Portanto, a escolha das pichações da cidade como objeto de estudo, como *corpus*, para a construção de atividades de leitura, ocorre pelo fato de fazerem parte do universo do aluno, por materializarem a cultura popular, além de apresentar em forte caráter crítico, social e ideológico.

Apesar da extensa possibilidade de variação do gênero pichação, os muros da cidade de Volta Redonda apresentam muitas dessas manifestações em forma de protesto e reclamação social, bem posicionadas em tempo e espaço, gerando sentido especial ao se considerar o contexto sócio-histórico. Por esse motivo, a Análise do Discurso de linha francesa foi escolhida como teoria base deste estudo, uma vez que os sentidos produzidos pelos discursos estudados extrapolam a superfície textual, sendo desenvolvidos a partir de relações entre os enunciados e as condições sócio-históricas de sua produção.

2. A leitura na perspectiva da Análise do Discurso

Fundamentalmente, a AD propõe o estudo do sentido a partir da linguagem em uso, observando a posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e sua vinculação ideológica. Defende que são pelas práticas sociais e discursos que circulam no grupo social em que vive que o sujeito produz sentidos. Então, sujeito e discurso são constituídos pela ideologia, ou seja, o sujeito se insere em uma determinada formação ideológica conforme a posição social ocupada.

Por ser assim, o sujeito, por vezes, possui a ilusão de que a ele pertencem o controle dos sentidos e a origem do seu dizer, isto é, um equívoco, já que nos discursos estão embutidos outros sentidos que são produzidos a partir da posição-sujeito dentro do discurso. Dessa forma, a construção dos sentidos não depende apenas da vontade do sujeito, mas

da relação que a língua estabelece com a história, a divisão de classes e a ideologia.

Acerca disso, ainda afirma Indurky (2010) que

[...] língua, nesse domínio de saber, vem, desde sempre, entrelaçada à exterioridade e é concebida como uma materialidade através da qual o ideológico se manifesta. (INDURKY (2010)

Nas inúmeras práticas discursivas, produções de efeitos de sentido, em diferentes níveis de formalidade, o interlocutor capta mais que o puro conteúdo de uma mensagem, visto que será afetado por outros sentidos intrínsecos às práticas discursivas. A língua não é fechada em si mesma, à luz da AD, constitui-se ao mesmo tempo que o sujeito, estabelecendo uma relação de composição essencial, na qual o sujeito compreende as relações sociais pela língua, pelo simbólico. Dessa forma, é estabelecida nessa relação com o sujeito, que passa necessariamente pela ideologia e história. Ao falar, o sujeito constitui um sentido e constitui a si próprio, em um processo de formação da identidade na relação com a língua.

Assim, ao passo que a língua é estudada na Linguística Textual como uma estrutura abstrata, e na Gramática Normativa como um sistema fechado de regras formais, o diferencial presente no dispositivo teórico da AD é o trabalho com a categoria *discurso*, que Orlandi define da seguinte forma: “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (2015, p. 15).

A partir dessa perspectiva de estudo, concebe-se a linguagem como mediação fundamental entre o homem e o contexto sócio-histórico em que está inserido, sendo possível perceber, então, “a língua no mundo”, relacionando a linguagem à sua exterioridade. Os sentidos não são produzidos pelos sujeitos, e o texto não é uma unidade fechada, já que se conecta com um contexto discursivo. E o texto é, então, objeto de interpretação, sendo responsabilidade da AD o estudo da produção de sentidos, abrangendo não só os sentidos que estão materializados linguisticamente no texto, como também daqueles que podem ser lidos considerando que é o processo discursivo o que traz significado ao texto. De acordo com Brandão (2004):

O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e

nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (BRANDÃO, 2004, p. 8)

O discurso é uma das dimensões da história, sendo constitutivo dos embates que acontecem na sociedade entre agentes históricos situados em diferentes lugares econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Assim, uma das possibilidades de relação entre o discurso e a configuração histórica na qual ele é produzido se dá ao considerar o sujeito como elemento de mediação entre as diferentes dimensões da realidade histórico-social em que se inclui a dimensão discursiva. O estudo de questões que envolvem fatores como lugar e modo de circulação do discurso, os objetivos e memórias a ele relacionadas pressupõe um tratamento heterogêneo e flexível do ponto de vista teórico e metodológico, visando traçar a trajetória entre a palavra, o homem e a história. Dessa forma, a relativa materialidade da língua cede espaço a sua materialidade.

Consideramos, ainda, o conceito de “cidade”, do ponto de vista discursivo, compreendendo-o como espaço simbólico particular, que possui materialidade e dá forma aos sentidos construídos nesse espaço. Orlandi (2001) revela a relação do indivíduo (sujeito individualizado) com a sociedade, e toma a cidade como espaço de interpretação particular a fim de compreender o discurso urbano.

A AD adota a noção de *efeito de sentido*, observada a partir de um deslocamento no qual não considera a transmissão de informação entre os interlocutores, uma vez que não há um sentido prévio caracterizado como único e verdadeiro, isento do mal entendido. Ao invés disso, reconhece que outros sentidos são possíveis, de acordo com as distinções de tempo e lugar em que foram produzidos e, até mesmo, distintas posições ideológicas entre os interlocutores.

3. A posição sujeito e o sentido

A noção de sujeito na Análise do Discurso de matriz francesa não equivale à noção de indivíduo, e sim a uma posição ocupada no discurso, historicamente determinado e constituído pela ideologia. Nessa linha de estudo, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer, construindo sua identidade na interação com o outro. Não há discurso sem sujeito, da mesma forma que não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2015). Há, então, uma diferença fundamental entre o indivíduo físico e o sujeito, afetado pelas condições de produção do discurso e seu lugar social, já que o mesmo indivíduo pode construir discursivamente

so diversos em lugares sociais distintos. “Na análise do discurso é mobilizado um sujeito social que se inscreve em um lugar ideológico e, a partir dele, exerce a função-autor” (INDURSKY, 2017, p. 79). Então, o discurso do sujeito depende da posição social por ele ocupada.

O sujeito na análise do discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda a língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto, não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. (ORLANDI, 2017, p. 17)

Dessa forma, os sujeitos do discurso são intercambiáveis. Enunciador e destinatário indicam diferentes posições sujeito ao se constituírem com pontos de relação de interlocução em um jogo de formações imaginárias que regem todo o discurso. A produção e gestos interpretativos do discurso são influenciados por um jogo de imagens que representa o imaginário que se faz de si (emissor), do outro (receptor) e do referente. A partir das imagens que locutor e interlocutor têm de si e um do outro, cria-se a possibilidade de “antecipação” ao se colocarem no lugar do outro a fim de antecipar uma resposta. É esse jogo de antecipação o maior responsável pela argumentação, visto que todo processo discursivo acredita que, por parte do emissor, há uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso.

Em Althusser (1980), a noção de “forma-sujeito” é definida como forma de existência histórica de um indivíduo agente das práticas sociais. O indivíduo humano apenas poderá ser agente de uma prática se estiver revestido da forma-sujeito (ORLANDI, 2017, p.21). O sujeito não é, por si só, senhor do seu discurso, visto que o que se diz está sempre embasado em algo. Uma formação discursiva vem de outras formações discursivas, portanto, nada é original, antes provém de outros discursos.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 162), a posição-sujeito constitui-se simultaneamente e transmite ao sujeito a sua “realidade”, enquanto sistema de evidências. Assim, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina, isto é, da ideologia que, através do interdiscurso, interpela indivíduo em sujeito, logo, este não é a origem de si.

Sobre a interpelação do sujeito, Brandão (2004) observa:

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”. Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas,

ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. (BRANDÃO, 2004, p. 46)

Desse assujeitamento, resulta, então, a chamada forma-sujeito histórica. Para compreender a subjetividade é necessário considerar a sua historicidade. O sujeito, uma vez interpelado, ocupa um lugar social, produz um discurso resultante de um determinado lugar histórico-social-ideológico.

Ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos, ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 49)

Sob esse viés, sentido e sujeito só podem existir mediante o assujeitamento à língua. A esse processo, Orlandi (2015) define como uma contradição, dado que o sujeito é livre para que tudo possa dizer e, ao mesmo tempo, submisso, visto que só poderá dizer caso se submeta à língua. Assim, o assujeitamento acontece proporcionando a ilusão de um discurso oriundo unicamente de seu pensar e capaz de refletir fielmente a realidade, como dotado de uma determinada autonomia.

Como postula Pêcheux,

[...] o sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas. (PÊCHEUX, 2006, p. 27)

Na perspectiva da AD, não se pressupõe que a língua seja transparente, negando-lhe, assim, a tarefa de decodificação, ao passo que igualmente não a considera como prática de desocultação, sendo antes a linguagem opaca. É uma relação que concebe a língua como dotada de possíveis significações, contudo não qualquer significação, já que a história e o funcionamento da ideologia constituem o próprio funcionamento da língua e sujeito, ou seja, a ideologia se forma pelas práticas sociais e o discurso materializa a ideologia.

Além disso, as condições de produção não se relacionam apenas ao contexto imediato da enunciação, incluindo o contexto histórico-social e ideológico, mas também ao imaginário produzido pelas instituições sobre o já-dito. É essa memória do dizer, chamada por Orlandi (2009, p. 31) de “interdiscurso” o exterior constitutivo do discurso, responsável pelos sentidos que vieram de outro lugar ou momento, não sendo, portanto, possível a criação de um sentido completamente novo, pois seria

incompreensível, visto que o novo surge a partir de deslocamentos do já-dito. Acerca disso, conceitua Freda Indursky:

Pode-se pensar o texto como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto, considerado nessa perspectiva teórica, é a um só tempo simbólico e indispensável. Nessa concepção, o texto não se fecha em si mesmo, pois faz parte de sua constituição uma série de outros fatores, tais como relações contextuais, relações textuais, relações intertextuais, e relações interdiscursivas. (INDURSKY, 2017, p. 77)

Nessa relação, é importante refletir que o sujeito é social e historicamente construído e seus elementos de construção estão nas relações sociais, isto é, a partir delas eles se reconhecem como sujeitos. “Uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras da mesma formação discursiva e o sujeito-falante aí se reconhece” (2017, p. 77).

Diferencia-se, assim, o lugar dos sujeitos – lugares ocupados pelos sujeitos empíricos em uma sociedade de relações hierarquizadas – da posição dos sujeitos que acontece em momentos de projeções feitas por eles em situações discursivas, que os possibilitam transitar das situações empíricas para as posições de sujeito do discurso. “O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo já dito)” (ORLANDI, 2009, p. 40).

4. A pichação: um gênero discursivo

O espaço urbano, caracterizado por integrar diferentes atividades sociais, econômicas e culturais da sociedade, é palco das mais diversas manifestações de pensamento; expressões de um povo que carece por comunicar-se, seja com intenções informativas, narrativas, poéticas ou argumentativas, língua e história se articulam a fim de produzir sentidos. No campo da AD, conforme afirma Rodrigues, as pesquisas sobre cidade e discurso produziram um deslocamento teórico para pensar a cidade de um modo diferente daquele como ela é concebida pelos especialistas do espaço urbano (RODRIGUES, 2017, p. 71).

Assim, gestos de interpretação se materializam num espaço em que o simbólico e o político se articulam, estabelecendo a ordem do discurso urbano na qual são definidas questões e possibilidades acerca de sua significação e processamento discursivo.

A cidade, do ponto de vista discursivo pode ser compreendida como espaço simbólico particular, que possui materialidade e dá forma aos sentidos construídos no espaço urbano. Orlandi (2001) ressalta que a cidade põe o olhar em movimento. O que se torna como fragmentário são flagrantes, sentidos em trânsito. Assim, a materialidade da cidade desorganiza o lugar totalizador imaginado pela impressão de arredondamento da paisagem, oriunda de um olhar organizador e totalitário. Tendo isso em vista, observa-se a necessidade de um método como a AD para ir além desses efeitos de sentido e confrontar-se com o lugar em que fazem sentido, onde o simbólico e o político se articulam.

Compreender os flagrantes da cidade, seus modos de aparição, ou seja, os gestos que dão corpo à cidade implica refletir em que sentidos se materializa e a maneira com que o político determina esses sentidos em situações nas quais o sujeito urbano se narra como parte da cena, de dentro das palavras da cidade – a narratividade urbana.

Nesse contexto, há uma sobreposição do urbano sobre a cidade, delimitando-a a ponto de silenciar o seu real e o seu social, dado à generalização do discurso urbanista que integra um senso comum produtor de uma homogeneização ideológica no modo de significar da cidade. Nessa discursividade urbanista, a cidade metaforiza-se em um lugar cujos sentidos se transferem para a violência. Embora o discurso social não seja homogêneo, essa sobreposição é responsável por provocar a verticalização das relações horizontais na cidade, transformando-a em espaço social hierarquizado, o que será refletido na organização social com separações de regiões, fronteiras imaginárias, ou seja, segregação.

Nossa proposta de reflexão é ultrapassar a organização do discurso urbano para procurar entender como o conflito entre simbólico e político configura sentidos. Como afirma Orlandi (2001),

[...] desorganizando o imaginário do urbano e entregando (se) (a) o real da cidade. Poderemos então compreender como esse sujeito, afetado pela política do dizer, ao ‘encontrar’ palavras é afetado pela história, tornando um dizer possível. (ORLANDI, 2001, p. 11)

Para além de uma conceituação como ato de vandalismo, não se pode negar que a pichação é um fenômeno discursivo. Ilegal e subversiva, a prática antiga que se popularizou e traz a voz de um povo marginalizado, sendo, muitas vezes na história mundial, utilizada como forma de expressão para reivindicações populares e protestos, aparece como uma das formas de dar vazão ao descontentamento e à falta de expectativas. Muitas vezes, alvo de discriminação, principalmente, pela segregação

discursiva que emerge ao considerar um enunciado como verdadeiro medido pela importância social do enunciador, geralmente figuras de poder.

De acordo com Orlandi (2004, p. 30), as pichações são *narratividades urbanas*, isto é, por ser algo fundamentalmente urbano, elas narram, nos muros e monumentos, por meio de uma escrita, às vezes até indecifrável, a maneira como a sociedade se simboliza e simboliza para o sujeito. São *narratividades* porque materializam linguístico-historicamente, nesse espaço, dizeres daqueles que, “excluídos” do sistema, saem do “silêncio” por meio desse gesto significado politicamente como ilegal.

Despindo-se de julgamentos acerca de sua legitimidade, já que é fato sua presença e permanência nas ruas, é preciso observar que a pichação ultrapassa o vandalismo ao tornar-se um produto ideológico, expressar uma ideia. Como os sujeitos não são inertes, ao pichar um muro, sua existência é atestada através desse gesto simbólico que o liga de algum modo à sociedade. E, sobre a importância de analisar com seriedade essa manifestação discursiva, Orlandi (2012) enfatiza:

A pichação, o grafite, as camisetas com letras e desenhos, o *piercing*, a tatuagem são manifestações de um mesmo processo discursivo que deve ser pensado em suas condições sócio históricas, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas. (ORLANDI, 2012, p. 211)

Nessa perspectiva, configura-se uma manifestação de contra poder, uma vez que há a proibição da lei, e para se expressar ocorre a transgressão – o sujeito picha –, com isso, a sociedade recrimina a prática, todavia, o que está sendo materializado nos muros, em muitos casos, é a voz da própria sociedade, uma tentativa de denúncia de suas mazelas. Pode ou não ser influenciada por eventos políticos e sociais, nessas situações acontece a interação com acontecimentos na história e acabam assumindo cunho denunciativo, fazendo do espaço urbano um lugar de clara opinião pública e exposição ideológica. Todavia, considerando, ainda, a chamada relação de forças, discorrida por Orlandi, em uma sociedade hierarquizada, o dizer de uma pichação vale menos que um dizer transmitido de maneira não marginalizada, pois são as formações imaginárias que produzirão a imagem do sujeito e do objeto do discurso (ORLANDI, 2015, p. 18).

O embate entre direitos e deveres permeia a linguagem, que é também lugar de poder e tensão. Acerca disso, reflete Suzy Lagazzi:

O sujeito-de-direito, marcado pela passividade e intercambialidade, inserido no cotidiano das relações interpessoais orientadas pelo senso comum, opõe-se ao sujeito que resiste, marcado pelo desejo. As relações de poder do cotidiano, o jurismo, têm seu respaldo no senso comum. É consenso geral que nós cumparamos com os nossos deveres e reivindicamos os nossos direitos. É também consenso geral que, se o desejo insurgir contra a ordem, interferindo nos direitos e deveres estabelecidos, deva se calar. (LAGAZZI, 1988, p. 35)

Sobre esse consenso geral é que emergem os questionamentos sobre o gênero discursivo pichação. Ainda que seja uma produção de sujeito anônimo, nesse processo, ele dialoga com a sociedade.

Nossa finalidade é pensar a cidade no domínio das ciências da linguagem. Do ponto de vista discursivo, a cidade é um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar. (ORLANDI, 2012, p. 186)

Ou seja, a cidade é espaço em que se materializam gestos de interpretação, onde há articulação do político e do simbólico. A tomada de palavra nessas situações é a apropriação do “seu” espaço, no espaço público “publicizando” sua presença.

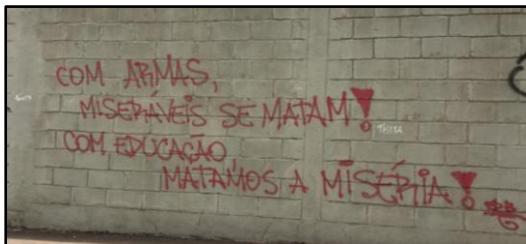
5. *Lendo (além) (d)os muros*

Neste trabalho, um dos objetos de análise são as pichações da cidade Volta Redonda-RJ de características conceituais, como classifica Gitahy:

– Subversivo, espontâneo, gratuito, efêmero; – Discute e denuncia valores sociais, políticos e econômicos com humor e ironia; – Apropria-se do espaço urbano a fim de discutir, recriar e imprimir a interferência humana na arquitetura da metrópole; – Democratiza a desburocratiza a arte, aproximando-a do homem, sem distinção de raça ou credo; – Produz em espaço aberto sua galeria urbana, pois os espaços fechados dos museus e afins são quase sempre inacessíveis. (GITHANY, 2012, p. 18)

Nas Figuras 1 e 2, a seguir, fica clara a posição do sujeito enunciativo ao dialogar com a sociedade, num gesto em que são explicitadas críticas e denúncias, colocando o discurso sobre a cidade em confronto. Exercício da liberdade do pensar e intervir enquanto sujeito no espaço, produzindo sentidos, sendo possível ressaltar o teor argumentativo dessa escrita, funcionando até como mecanismo de antecipação que prevê o que o leitor verá.

Figura 1: Pichação feita no muro de uma escola de Volta Redonda.



Fonte: Fotos da autora (2019).

A Figura 3 mostra o registro que fizemos de uma pichação em Volta Redonda. Essa é uma das inúmeras pichações presentes na cidade em que se percebe um forte posicionamento social. “Com armas, miseráveis se matam! Com educação matamos a miséria!” o jogo de palavras construído através da inversão propõe um jogo de oposição bastante crítico. Além da materialidade linguística, outros fatores cooperam para a peculiaridade dessa produção: a pichação foi feita no muro de uma escola, no período de discussão acerca do decreto de posse de armas de fogo do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Figura 2: Notícia de jornal virtual sobre uma pichação em Volta Redonda.



Fonte: disponível <https://www.informacidade.com.br/muro-da-igreja-de-sao-sebastiao-da-sessenta-amanhece-pichado-na-vespera-do-dia-de-sao-sebastiao/>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

A Figura 4 é uma notícia de jornal local virtual no qual é relatada a produção de uma pichação no muro de uma igreja católica, a Igreja de São Sebastião, às vésperas do feriado de São Sebastião, em que se lê: “Deus bem que gostaria de ver no muro de sua casa a divina poesia! O amor”. Em ambas as figuras, as pichações retratadas demonstram a maneira como o discurso se constrói calcado em elementos históricos, sociais e ideológicos, evidenciando um sujeito atravessado por esses fatores.

Nas palavras de Ramos (1994),

[...] o espaço visual da cidade se altera, ganha uma outra dimensão pela ação de grupos ou indivíduos que por ali passam e imprimem sua marca. O muro vira mural [...] suporte para manifestações de todo e qualquer cidadão. (RAMOS, 1994, p. 43)

E, para Orlandi:

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o capital está investido. Nesse espaço definido pela memória, a história se faz por um “eu” que é urbano. Esse sujeito, tomado na necessidade de produzir sentidos na cidade – pela textualização de sua relação com outro e aos objetos simbólicos no espaço público – estabelece uma realidade significativa estruturada que deixa traços. O trabalho do analista é explicitar por esses traços sua compreensão dos jogos de interpretação que aí estão materializados. (ORLANDI, 2012, p. 193)

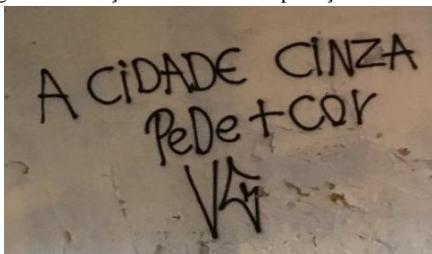
Nessa apropriação de espaço, a pichação excede o limite de um simples ato de rebeldia para constituir uma ação de poder em resposta a imposição de outro poder. Retomando Foucault (1985), o poder não é um lugar social de dominação ou questão de superioridade hierárquica que se estabelece sobre seres passivos, é antes fruto de uma tensão exercida entre os sujeitos, numa relação fluante. Assim, ao passo em que uma imposição é feita, uma reação contrária é desencadeada, de tal forma que se torna preciso que o poder seja revisto para tentar ser restabelecido, logo, ocasiona-se um jogo de enfrentamentos no qual o discurso se estabelece como mecanismo utilizado para que o poder funcione

Figura 3: Pichação em referência à “cidade do aço”, alcunha de Volta Redonda.



Fonte: Fotos da autora (2019).

Figura 4: Pichação em referência à poluição da cidade.



Fonte: Fotos da autora (2019)

De acordo com Orlandi (2012), os três momentos dos processos de produção do discurso são: sua constituição, a partir da memória do dizer; sua formulação, em condições de produção e circunstância específicas; sua circulação, que ocorre em certa conjuntura, segundo certas condições (ORLANDI, 2012, p. 9). Endossados nisso, notamos como o momento de circulação do texto cooperaram para o desenvolvimento dos efeitos de sentido nas respostas dos alunos mencionados, visto que a maneira como os sentidos circulam, o “trajeto do dizer” é igualmente relevante, como os demais momentos do processo de produção.

Compreendemos esses enunciados como um protesto que revela uma manifestação social materializada no texto, a partir da consideração da historicidade, movidos pelo interdiscurso, a partir de uma formação ideológica. Visto que é pelas condições de produção de o sujeito formula o seu dizer, seus sentidos (ORLANDI, 2004, p. 29), procuramos aqui entender de que maneira esse sentido atribuído ao texto é formulado.

Conforme Indursky (2001), o sujeito-leitor produz a sua leitura a partir de seu lugar social que não coincide necessariamente com o lugar social do sujeito-autor do texto, num processo de interlocução que acontece no espaço simbólico desenhado pelo efeito-texto. Dessa forma, cabe ao sujeito-leitor concordar ou discordar com a posição do sujeito-autor. (INDURSKY, 2001, p. 34). Ou seja, o leitor interage com o texto – um espaço discursivo, até então, simbolicamente completo – em uma postura crítica, carregada por sua formação ideológica e historicidade, para introduzir elementos externos, desestabilizando-o, produzindo sentidos que acredita ser transmitidos pelo próprio autor.

Ou seja, o sujeito-leitor, ao dialogar com o efeito-texto, tem a ilusão de que se trata de uma superfície homogênea e que a única voz com a qual se defronta é a do sujeito autor, quando sabemos que aí estão também representadas outras vozes além da do autor. Refiro-me às outras posições-

sujeito que aí se fazem presentes através dos recortes que o autor mobilizou e textualizou. (INDURSKY, 2001, p. 35)

Representam-se no texto outras vozes além do autor, como no processo de leitura representam-se outras vozes além do leitor. Analisando a resposta do Aluno 6, é possível observar como o sentido do texto é construído em um posicionamento pautado em suas formações ideológicas, de modo a ressignificar o texto. Essa leitura, então, evidencia as condições extralinguísticas que podem influenciar o processo de leitura.

A leitura atesta os modos de materialização do político. Ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política da significação. Leituras diferentes não são gratuitas nem brotam naturalmente. Elas atestam modos de subjetivação distintos dos sujeitos pela sua relação com a materialidade da linguagem, ou melhor, com o corpo do texto, que guarda em si os vestígios da simbolização de relações de poder, na passagem do discurso ao texto, em seus espaços abertos de significação. (ORLANDI, 2012, p. 68)

Assim, pautados no que diz Orlandi, concluímos as possibilidades de leituras outras, que transcendem o espaço material do texto. A expressão “ninguém é de ferro”, na “cidade de aço”, como é conhecida popularmente a cidade de Volta Redonda, por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional, produz efeitos de sentidos diferentes de outros lugares, evidenciando formações discursivas que atravessam o texto, o que confirma a perspectiva da AD de que o “sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2012, p. 77), visto que os sentidos foram produzidos, na leitura do texto, valendo-se de elementos externos à materialidade linguística, como a história da cidade e as formações ideológicas por ela afetada, as condições de produção e circulação. Em um outro lugar, ninguém ser de ferro poderia produzir outros sentidos, no entanto, o ser na cidade do aço acionou a construção de uma leitura relacionada a tantas outras que o aluno traz consigo.

Nesses exemplos, então, são percebidos pontos de interlocução que suscitam reflexões nos quais é estabelecido o jogo imaginário em que locutor se coloca na posição do interlocutor, adiantando-lhe uma resposta que coopera para os efeitos de sentido presentes no discurso. Observando que a abordagem discursiva mencionada e a produção de sentidos acerca das pichações da cidade fornecem subsídios para a construção de gestos interpretativos mais amplos e reflexivos. Ou seja, colabora para a prática de uma leitura que transcende a decodificação lingüís-

tica, tomando a leitura como aquilo que acreditamos que é: uma prática social.

6. Considerações finais

Pensando a cidade como lugar de interpretação (ORLANDI, 2004, p. 49), expandimos o nosso trabalho com a leitura trazendo o inesperado típico desse espaço – a pichação – na proposta de um olhar analítico e reflexivo de sua relação com o político e com o histórico. Pautados na Análise do Discurso, no que estabelece a relação da língua com a história e as formações ideológicas, buscamos compreender os sentidos como gestos de interpretação, bem como analisar de que forma os elementos linguísticos, na superfície textual, auxiliam na sugestão dos sentidos e posicionamentos diversos, num jogo discursivo.

A abordagem discursiva desenvolvida neste estudo colaborou para produção de sentidos acerca das pichações da cidade, fornecendo subsídios para a construção de gestos interpretativos mais reflexivos. Ou seja, colaborou para a prática de uma leitura que transcende a decodificação linguística, tomando a leitura como aquilo que acreditamos que é: uma prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro-RJ: Graal, 1985.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

INDURSKY, F. Discurso, língua e ensino: especificidades e interfaces. In: TFOUNI, Leda Verdiani; MITTMANN, Solange. *Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise*. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Org.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 153-62

INDURSKY, F. *Estudos da linguagem: língua e ensino*. *Revista Organon*, v. 24, n. 48, Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2010.

_____. Estudos de linguagem: a leitura sob diferentes olhares teóricos. In: TFOUNI, Leda V. (Org.). *Letramento, escrita e leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 163-78

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1998.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às Ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-10

LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pichação: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas*. São Paulo: Altamira, 2017.

ORLANDI, E. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs). *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura e acontecimento*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1997 [1975].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Grafite, pichação & Cia*. São Paulo: Annablume, 1994.

RODRIGUES, Andréa. “Aqui é um lugar de paz”: escola e consenso imaginário na cidade do Rio de Janeiro. *REDISCO: Vitória da Conquista*, v. 12, n. 2, p. 71-82, 2017.